



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

MARIA DINARA FERREIRA MOTA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM TRAJETÓRIAS DE VIDA DE
PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NEGRAS E NEGROS: O racismo como um
analisador psicossocial**

ICÓ-CE
2021

MARIA DINARA FERREIRA MOTA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM TRAJETÓRIAS DE VIDA DE
PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NEGRAS E NEGROS: O racismo como um
analisador psicossocial**

Monografia submetida à disciplina de TCC II,
do Curso de graduação em Psicologia do Centro
Universitário Vale do Salgado, como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em
Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Tadeu Lucas de Lavor
Filho

MARIA DINARA FERREIRA MOTA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM TRAJETÓRIAS DE VIDA DE
PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NEGRAS E NEGROS: O racismo como um
analisador psicossocial**

Monografia aprovada em ____/____/_____, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Tadeu Lucas de Lavor Filho (UNIVS)

Orientador

Prof. Me. Antoniel dos Santos Gomes Filho (UNIVS)

Avaliador

Profa. Ma. Isabela Bezerra Ribeiro (UNIVS)

Avaliadora

RESUMO

O racismo, fenômeno fundamentado na concepção de uma superioridade e inferioridade racial, propiciou ao longo da história da humanidade uma série de processos de exclusão e vulnerabilidades sociais, os quais ainda podem ser observados até os dias atuais. Acontecimentos históricos como o do colonialismo, período escravista e o racismo científico do século XIX, são apenas alguns exemplos de como as relações de poder e a hierarquização entre povos se estabeleceram e se perpetuaram na sociedade ao longo dos séculos. Embora com o passar do tempo esses modos de dominação tenham ganhado novas formas e roupagens, continuam a afetar as mais diversas esferas da vida em sociedade. Desse modo, junto à racialização dos corpos, opera-se também uma política de extermínio, ou Necropolítica, onde dita-se quem deve viver e quem deve morrer. Eminentemente, a população negra é a que tem sido mais afligida por tais jogos de poder, de modo que seus espaços têm se transformado em “mundos de morte”. **Objetivo:** Discutir o impacto do racismo na produção de saúde mental em trajetórias de vida de pessoas negras, considerando os processos históricos e culturais de exclusão e vulnerabilidades sociais, bem como, analisar as implicações da Psicologia no campo das questões étnico-raciais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo qualitativa explicativa-exploratória, realizada por meio de 3 entrevistas semiestruturadas com profissionais da Psicologia autodeclarados negros e negras. **Resultados:** O conteúdo obtido pelas entrevistas evidenciou que o retraimento, isolamento e sentimentos de inferioridade estão entre os efeitos causados pelo racismo. A Psicologia, por sua vez, tem contribuído para promoção de saúde mental diante esses contextos e para a elaboração de formas de enfrentamento ao racismo, no entanto, ainda lida com alguns desafios que se estendem desde o processo de formação dos profissionais até a atuação. **Conclusão:** Percebe-se a importância em continuar dando cada vez mais visibilidade a estas questões e em se pensar em estratégias de enfrentamento que estejam aptas a lidar com as mutações pelas quais o racismo vem passando ao longo dos anos.

Palavras-chave: Racismo. Relações Étnico-raciais. Saúde Mental. Psicologia.

ABSTRACT

Racism, a phenomenon based on the concept of racial superiority and inferiority, has provided, throughout human history, a series of processes of exclusion and social vulnerabilities, which can still be observed to this day. Historical events such as colonialism, the slave period and scientific racism in the nineteenth century are just a few examples of how power relations and hierarchization between peoples were established and perpetuated in society over the centuries. Although these forms of domination have taken on new forms and clothes over time, they continue to affect the most diverse spheres of life in society. In this way, along with the racialization of bodies, there is also a policy of extermination, or Necropolitics, which dictates who should live and who should die. Eminently, the black population is the one that has been most afflicted by such power games, so that their spaces have been transformed into “worlds of death”. **Objective:** To discuss the impact of racism on the production of mental health in the life trajectories of black people, considering the historical and cultural processes of exclusion and social vulnerabilities, as well as analyzing the implications of Psychology in the field of ethnic-racial issues. **Method:** This is a qualitative explanatory-exploratory field research, carried out through 3 semi-structured interviews with self-declared black and black Psychology professionals. **Results:** The content obtained from the interviews showed that withdrawal, isolation and feelings of inferiority are among the main effects of racism. Psychology, in turn, has contributed to the promotion of mental health and the development of ways to confront racism, however, it still deals with some challenges that extend from the process of training these professionals to their performance. **Conclusion:** The importance of continuing to give more and more visibility to these issues and of thinking about coping strategies that are able to deal with the mutations that racism has undergone over the years is perceived.

Keywords: Racism. Ethnic-Racial Relations. Mental health. Psychology.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 5 |
| 2 OBJETIVOS | 8 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 8 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 8 |
| 3 REVISÃO DE LITERATURA | 9 |
| 3.1 PROCESSOS HISTÓRICOS DA COLONIALIDADE NO MUNDO OCIDENTAL ... | 9 |
| 3.2 QUESTÕES RACIAIS E PROCESSOS DE NECROPOLÍTICA À BRASILEIRA.... | 11 |
| 3.3 RACISMO E SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA | 13 |
| 4 METODOLOGIA | 15 |
| 4.1 TIPO DE PESQUISA | 15 |
| 4.2 CONTEXTO DA PESQUISA | 15 |
| 4.3 PROCEDIMENTOS | 16 |
| 4.3.1 Lócus da Pesquisa | 16 |
| 4.3.2 Participantes da Pesquisa | 16 |
| 4.3.3 Recrutamento dos Participantes | 16 |
| 4.3.4 Entrevista na Plataforma Google Meet | 16 |
| 4.3.5 Aspectos Éticos | 17 |
| 4.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS | 17 |
| 4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DO SUJEITO DE PESQUISA | 17 |
| 4.5.1 Critérios de Inclusão | 17 |
| 4.5.2 Critérios de Exclusão | 17 |
| 4.6 TAMANHO DA AMOSTRA NO BRASIL..... | 18 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 19 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| REFERÊNCIAS | 32 |

| | |
|---|-----------|
| APÊNDICE | 36 |
| APÊNDICE A – INSTRUMENTO: ANÁLISE ACERCA DOS IMPACTOS DO RACISMO EM TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS NEGRAS | 37 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..... | 38 |
| APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO | 40 |
| APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ..... | 41 |

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo discutir os desafios para saúde mental de profissionais da Psicologia negras e negros considerando o impacto do racismo na trajetória de vida dessas pessoas e os processos de exclusão e vulnerabilidades sociais. Esta pesquisa contempla a produção do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Maria Dinara Ferreira Mota, assistente de pesquisa, aluna regularmente matriculada no Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, sob orientação do Professor Mestre Tadeu Lucas de Lavor Filho.

O racismo é um fenômeno que sobrepuja o aspecto conceitual, ele surge na iminência de uma conjuntura de sólidos fatores históricos, estando estes ligados a conflitos, tais como os étnico-raciais que ocorreram ao longo da história da humanidade. Portanto, a partir da segunda metade do século XIX, e progredindo após a Segunda Guerra Mundial, a permanente preocupação de considerável número de pesquisadores tem sido estabelecer um olhar que busque compreender, de maneira mais fundamentada, os desdobramentos decorrentes da história dos povos e os conflitos sociais relacionados às questões étnico-raciais (MOORE, 2017).

Durante o século XV, um dos grandes acontecimentos históricos que, inclusive, guiaria estudos acadêmicos acerca do racismo posteriormente, foi a Escravidão Negra Africana, onde esses povos passaram a se tornar alvo de empreendimento para mão-de-obra, especialmente pelas potências do Oriente médio e da Europa, sendo colocados, desse modo, sob um processo de submissão e opressão, onde já não eram tratados como humanos (MOORE, 2017).

Além disso, se considerarmos o racismo científico no século XIX, por exemplo, produto de explicações da ciência moderna eurocêntrica, o negro foi sempre colocado numa condição de inferioridade em referência ao branco. Além de serem submetidos severamente a experimentos fisiológicos, também passaram a ser examinados segundo um enfoque eugenista que buscava a todo custo comprovar uma selvageria negra. Assim, aliada a esse componente científico, a supremacia racial branca ganha cada vez mais força onde o branco assume o ideal de humano, ocupando um espaço privilegiado de poder na sociedade (MOREIRA, 2018).

O processo histórico do colonialismo em que, seja pelo poder político e/ou militar, alguns povos passaram a ser subjugados por outros, tendo em vista a garantia de seus interesses, de fato contribuiu para que as relações de poder se estabelecessem na sociedade, as quais se perpetuam até os dias atuais. Essa dimensão simbólica do colonialismo, e que se estende para além dele, é chamada de colonialidade (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017).

Embora estudos recentes tenham possibilitado a constatação de que biologicamente não existem diferenças entre indivíduos de grupos raciais distintos, invalidando assim um conceito de raça segundo uma perspectiva biológica, esse termo, em perspectivas psicossociais e político-ideológicas, por exemplo, ainda permanece como um constituinte relevante nas relações sociais, o que serve de amparo para o racismo que, de modo histórico, tem afetado eminentemente a população negra (COSTA; SCARCELLI, 2016).

Partindo dessa perspectiva, temos que a raça é uma construção social da colonialidade e que, portanto, o racismo é a condição da cor preta. Assim, ao longo dos diferentes contextos históricos a naturalização e reprodução de hierarquias raciais têm se perpetuado, afetando as mais diversas esferas da vida social (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017). Tratando-se da discriminação e dos impactos do racismo nos corpos e subjetividades negras, esse processo promove a culpabilização dessa população pelas difíceis condições socioeconômicas em que se encontram, responsabilizando-as por esse processo (VEIGA, 2019).

O preconceito racial começa a agir com um legitimador da violência e, o que se pode observar ao longo da história, é que inúmeras foram as estratégias de controle e de extermínio dirigidas a essa população, seja por meio da banalização e criminalização de suas condutas, seja pela negação de seus direitos. No Brasil, mesmo no período de pós-abolição da escravatura, por exemplo, estratégias como a do “branqueamento”, impulsionada por meio da imigração europeia, evidenciam tais processos de repressão e violência. Durante a incipiente república, a estigmatização e a patologização da população negra, tida como responsável pela proliferação de certas doenças, por exemplo, levaram também a processos de segregação, expulsando tais sujeitos dos centros urbanos e levando-os para os espaços periféricos (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2020).

Desde então, as vidas negras continuam a ser violentadas, a atualidade é como um espelho que reflete o que já acontecia há muitos anos atrás. A violência contra negros nos dias atuais e a magnitude de eventos de mortalidade que estão associados a essa população, evidenciam uma vez mais, a existência do que podemos chamar de uma política de extermínio ou Necropolítica (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2020). Os espaços ocupados por essa população negra e pobre passam então a se converterem em “mundos de morte”, ou seja, territórios chancelados pelo assassinato e tortura desses sujeitos (MBEMBE, 2016).

Diante da compreensão de que a população negra tem sido vítima das mais diversas formas de opressão e violência, legitimadas especialmente pela produção do racismo, e considerando também a existência das relações de poder que atuam na sociedade e que reforçam tais processos de exclusão social e subjetiva, presume-se que tais fenômenos assumam um papel

preponderante de desencadear sofrimento psíquico nesses sujeitos. Dessa forma, os impactos do racismo nos corpos e subjetividades negras estariam assim atrelados aos desafios quanto à promoção de saúde mental dos mesmos, considerando as vulnerabilidades a que estão expostos.

Perante o exposto, o objetivo deste estudo é discutir os desafios para saúde mental de profissionais da Psicologia negras e negros, considerando os processos de exclusão e vulnerabilidades sociais. Com este estudo, visa-se responder a seguinte pergunta de partida: quais são os impactos do racismo na produção de saúde mental em trajetórias de vida de pessoas negras? Torna-se relevante estudar as implicações étnico-raciais e de saúde mental da população negra para entender a produção de sofrimento psíquico nas trajetórias de vida. Com base no aporte teórico da Psicologia Social e Teorias Pós-coloniais pretende-se realizar discussões voltadas à compreensão acerca dos processos históricos e psicossociais presentes nas relações de poder e na produção do racismo engendrados na saúde mental da população negra. Espera-se contribuir para a consolidação da importância e comprometimento ético e político de uma Psicologia antirracista.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Discutir o impacto do racismo na produção de saúde mental em trajetórias de vida de pessoas negras.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Problematizar experiências de racismo vivenciadas em trajetórias de pessoas negras;
- Discutir os processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais vivenciados a partir de trajetórias de pessoas negras;
- Analisar as implicações ética e política da Psicologia relacionadas ao campo da saúde mental e questões étnico-raciais.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PROCESSOS HISTÓRICOS DA COLONIALIDADE NO MUNDO OCIDENTAL

O termo colonialidade foi apresentado pelo sociólogo peruano Anibal Quijano e refere-se a um fenômeno cultural e histórico que decorre do processo de colonialismo e cujas implicações se estendem também para os dias atuais, regendo as mais diversas esferas da vida em sociedade. Pensar acerca da colonialidade no Mundo Ocidental e compreender como esse fenômeno se constituiu e foi sendo propagado ao longo dos séculos, requer um olhar atento a alguns acontecimentos históricos que estão intercalados ao seu surgimento, como a dominação de países Europeus sobre outros povos, presente inclusive na própria história da América Latina (MAIA; FARIAS, 2019).

Como destacam Maia e Farias (2019), a formação identitária da América Latina começa a ser moldada a partir de seu próprio encobrimento. Neste sentido, a dominação dos países europeus no território latino-americano silenciou e marginalizou a cultura originária e toda a forma e produção de conhecimento que não fosse advinda da própria Europa. Essa forma de dominação social, operada por meio do colonialismo, ainda se mantém atuante, e fundamentou-se principalmente mediante fatores como a divisão da sociedade com base na ideologia de raça, o estabelecimento de um poder hegemônico europeu e o controle sobre formas de apropriação do trabalho.

Quijano (2005) ressalta ainda que diante desse contexto, uma nova configuração de mundo vai sendo formada, pois, à medida em que uma hegemonia europeia começa a incorporar as mais diversas expressões culturais, histórias e experiências que são distintas às suas, por meio da expropriação e repressão, se estabelece um controle sobre as subjetividades e objetivação das populações colonizadas.

Segundo Quijano (2005) a própria ideologia de raças foi um legitimador para a prática das relações de dominação na América, que passou a naturalizar ideias como a existência de uma relação de superioridade e inferioridade entre o colonizador e o colonizado. E, é justamente essa perspectiva que passa a ser amplamente difundida em um cenário global. Dessa maneira é que, para além de um modo de dominação, a raça passou também a ser utilizada como condição para classificação social em uma perspectiva universal. Desse modo, pensar em colonialidade é pensar também em um padrão de poder que, no cenário latino-americano possibilitou o surgimento de um novo modelo de racionalidade, o eurocentrismo (MAIA; FARIAS, 2019).

Nesse ínterim, falando em relações de poder e dominação, temos no Brasil, no início do século XVI, o período escravagista, em que nativos brasileiros e negros passaram a servir como mão-de-obra, sendo colocados sob várias formas de sujeição. Ao lançarmos um olhar sobre a condição dos escravos negros que passaram a servir no trabalho compulsório, não podemos esquecer que os mesmos foram retirados de suas terras, sendo lançados em territórios desconhecidos e com realidades distintas. Eles tiveram que lidar com uma série de aspectos que por vezes, inclusive, dificultavam suas formas de resistência (FAUSTO, 2006).

A escravidão foi por bastante tempo legitimada e justificada com base na ideia de que o negro pertenceria a uma raça inferior e que, portanto, deveriam ser subjugados e explorados. Inclusive, ao longo do século XIX, vários foram os estudos e teorias científicas que buscavam autenticar tais concepções, colocando o negro sempre como um ser de inteligência inferior e emocionalmente instável, os quais estavam sujeitos a viverem sob o domínio daqueles que detinham poder e conhecimento e ocupavam um lugar de superioridade perante eles (FAUSTO, 2006).

Ao serem colocados neste lugar de subjugados, os negros já não eram tidos nem mesmo como humanos, pois esta condição também lhe fora tirada. O negro escravizado não era detentor de direitos. Somando-se a isso, é possível apontar também uma alta taxa de mortalidade entre os negros escravizados no Brasil. Um cenário que apenas evidencia o quanto essa população foi cruelmente oprimida e assolada pela matabilidade colonial (FAUSTO, 2006).

Diante essa realidade, Oliveira (2021) evidencia um processo paradoxal na formação do Estado brasileiro, que apesar do etnocentrismo, havia estabelecido fortes relações com a África desde o período colonial, recebendo um número expressivo de escravos africanos, os quais foram responsáveis, inclusive, pela produção de riqueza da colônia e, para além disso, responsáveis pela construção de uma sociedade que recebe uma forte herança africana, tanto em relação ao fenótipo quanto à influência cultural. No entanto, mesmo diante disso, a formação do Estado brasileiro foi pensada pela construção de uma sociedade nos moldes europeus.

Assim, é possível perceber que a população negra no Brasil, desde o período escravagista, não esteve submissa apenas e exclusivamente à uma violência física e expressa através da força, mas também esteve submetida a um tipo de violência que lhe retira a condição de humano e que silencia, reprime e condena suas formas de expressão e de construção subjetiva (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

Em seus estudos Mbembe (2016) pontua que a escravidão pode ser compreendida como uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. O autor destaca que o escravo, em sua condição, experiencia uma tripla perda, que seria: a perda de seu lar, de direitos sobre seu

corpo e a perda de seu estatuto político. Neste sentido, sobre esse corpo é efetivado um completo domínio, sua condição humana é desvanecida, ele passa a constituir-se como objeto e propriedade. Tais perdas correspondem também a uma morte social.

A sujeição desses corpos legitimada pela ideia de raça e crença em uma relação de superioridade/inferioridade entre o dominador e dominado, continua se perpetuando nos dias atuais, a diferença é que hoje apresenta novas roupagens. Após a escravidão no Brasil, a experiência da negritude continua sendo marcada pelos impactos do racismo sobre seus corpos e subjetividades (VEIGA, 2019). O termo Necropolítica, cunhado por Mbembe para falar acerca de um lugar de poder social e político que determina quem deve viver e quem deve morrer, evidencia essa realidade. Desse modo, compreende-se que as violências vivenciadas pelos colonizados não devem ser tomadas apenas como parte do passado (MBEMBE, 2016).

Atualmente, sabe-se que a concepção de raça não encontra respaldo em uma dimensão biológica que justifique a classificação e hierarquização social. Hoje temos que raça se refere a uma categoria ou construção social. Apesar disso, é perceptível que o âmbito biológico ainda exerce forte influência na construção das identidades raciais, especialmente através das características fenotípicas. Desse modo, observa-se que essa dimensão biológica e concreta do corpo humano, dialoga também com uma dimensão subjetiva e abstrata. É através dessa relação que podemos pensar no conceito de corpo racializado (ABREU; LIMA, 2020).

3.2 QUESTÕES RACIAIS E PROCESSOS DE NECROPOLÍTICA À BRASILEIRA

O Brasil caracteriza-se como um país bastante miscigenado, no entanto, isso não anula o fato que o racismo seja bastante presente na sociedade brasileira. Mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, a desigualdade racial permaneceu marcante. Como destaca Nunes (2006), o próprio Estado continua agindo com relação ao negro de maneira omissa. A discriminação e as condições de vulnerabilidade em que se encontram passam a fazer parte dos fatores pelos quais eles são constantemente responsabilizados e culpabilizados.

Após a proclamação da Lei Áurea, o negro agora livre se vê impossibilitado de usufruir de seu direito já que nesse novo cenário não lhe foram oferecidas condições mínimas necessárias para sua subsistência. Esse fator, aliado aos danos já sofridos durante o período de escravidão, levam a uma crescente produção de marginalização e vulnerabilização dessa população (HÜNING; SILVA, NETTO, 2021).

Ainda nesse novo cenário que lhe é apresentado, a população negra é alvo de diversas formas de dominação e estratégias de extermínio. São ações que passam a ser fundamentadas com base em discursos que colocam a população negra como um empecilho para o

desenvolvimento do país. Dentre tais estratégias de controle e dominação estão a “higienização” das cidades, o projeto de “branqueamento” e a patologização desses povos. Tudo isso contribui, inclusive, para o processo de formação de favelas, visto que, tendo espaço negado nos centros urbanos, vê-se obrigado a ocupar a periferia (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2020).

O racismo, segundo Almeida (2019) constitui-se enquanto um processo, em que as conjunturas de submissão e privilégios presentes entre grupos raciais também são produzidos e observados na política, economia e relações cotidianas. O racismo está também associado à segregação social, a qual refere-se a uma divisão espacial de raças.

Considerando uma perspectiva de racismo estrutural, o autor afirma que é um processo resultante da própria estrutura social e, portanto, de como normalmente constituem-se essas relações. Assim, segundo essa concepção, compreende-se que, tanto os comportamentos individuais quanto os processos institucionais são decorrentes de uma sociedade cuja condição de racismo lhe é inerente. Cabe ressaltar que o uso do termo “estrutura” não implica dizer que seja uma conjuntura inflexível ou da qual não seja contornável, da mesma forma, também não isenta o indivíduo que comete o ato discriminatório, de sua responsabilidade. O que se espera é que através de uma compreensão do racismo como estrutura e não como ato isolado, perceba-se como esse processo histórico é capaz de criar condições propícias no meio social para que atos racistas sejam cometidos (ALMEIDA, 2019).

Quanto à manifestação estrutural do racismo temos, segundo Silvio Almeida (2019), quatro elementos que o constituem: a ideologia, o direito, a política e a economia. Considerando a dimensão ideológica percebemos o racismo como parte do complexo imaginário social. Além disso, essa dimensão também evidencia um outro aspecto importante: a meritocracia, que se refere a uma associação entre competência e mérito com as condições de raça, gênero e opção sexual. Na meritocracia a condição de racismo é negada e, portanto, os sujeitos são culpabilizados pela situação em que se encontram. Esse discurso potencializa um estado de conformidade ideológica e, conseqüentemente, a manutenção de um sistema de desigualdade social (ALMEIDA, 2019).

O conceito de Democracia Racial no Brasil sustenta a ideia de que negros e brancos teriam as mesmas condições e oportunidade para ascender socialmente. Portanto, caracteriza-se principalmente por negar a existência do racismo no Brasil, pensamento sustentado pelo discurso da meritocracia (SILVA; TOBIAS, 2016). Revela-se como um modo dissimulado que naturaliza as relações de privilégios e de subalternidade existentes, conformando hierarquias sociais e raciais vigentes (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018).

Como já destaca Mbembe (2018), a negação da existência do racismo caracteriza-se como projeto necropolítico. Esse complexo problema evidencia a racionalidade branca diante do medo da perda de seus privilégios que, pelo uso de um discurso baseado no mito da democracia racial, subjuga as pessoas negras e lhes atribui os espaços subalternos de vida e de morte.

Dialogando com o mito da democracia racial no Brasil, temos também a miscigenação utilizada como discurso estratégico do branqueamento. Neste sentido, Araújo (2008) destaca que essa estratégia buscava evitar a polarização de raças no país. Esteve associada à ideia da prevalência de uma homogeneidade racial e cultural para a construção de uma identidade nacional. No entanto, à medida que se buscava a formação dessa nova identidade, a existência de negros e índios foi sendo dissolvida ou até mesmo apagada diante a apropriação de outras culturas.

A democracia racial caracteriza-se como mito à medida em que se percebe que uma igualdade social entre brancos e negros está longe de ser realidade no Brasil. Segundo dados do IBGE (2018), a população negra ainda possui sérias desvantagens em relação à branca, e isso se aplica às mais diversas esferas sociais, desde o mercado de trabalho, condições de saúde, moradia, educação e representação política, bem como, a acentuada violência contra pessoas negras no país. As desigualdades étnico-raciais no Brasil possuem origens históricas e mostram que ainda estão fortemente enraizadas nas relações sociais.

3.3 RACISMO E SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA

A população negra está sujeita às mais diversas formas de violência praticadas em decorrência do racismo. Desse modo, torna-se relevante falar acerca das relações sociais no país, as quais são, por vezes, permeadas por um viés racial implícito. Desse modo, enquanto o viés racial refere-se a uma perspectiva que foi construída em um contexto de legitimação da escravidão no Brasil, e que naturaliza a população negra à ocupação de um espaço subalterno e de um lugar de inferioridade. O viés racial implícito pode, por sua vez, ser compreendido como formas de preconceito e discriminação decorrente de ideais preconcebidas e estereotipadas à pessoa negra. Inclusive, essa é a via pela qual o racismo institucional opera (ASSIS, 2018).

Por sua vez, ao relacionarmos racismo e saúde, permeando os aspectos que perpassam a condição de violência psicológica, Faro e Pereira (2011) destacam que as minorias raciais são geralmente as que se apresentam mais suscetíveis aos estressores como preconceito,

discriminação e segregação social, o que reforça a ideia da desigualdade na distribuição social do estresse. Certamente que, as formas de adaptação psicossocial relativas a cada indivíduo podem também variar.

Durante o período escravista, a construção da imagem da pessoa negra era pautada principalmente na sua desumanização. Assim, uma série de atributos dirigidos a essa população, eram dotados de formas animalizadas ou objetificadas. Posteriormente, uma série de acontecimentos históricos como a ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial e a criação de teorias racistas, fortaleceram ainda mais os estereótipos dirigidos à pessoa negra, alguns dos quais ainda permanecem vivos no imaginário social brasileiro (PINTO; FERREIRA, 2014).

Ocorre que uma exposição prolongada a essas formas de desvalorização e de inviabilização de sua subjetividade, geram uma série de impactos que paulatinamente começam a se manifestar, como sentimentos de angústia, insegurança, rigidez e outros, que deixam marcas profundas no indivíduo. Esse olhar do outro, no campo das relações sociais, exercem um papel preponderante e decisivo na construção de subjetividade (PINTO; FERREIRA, 2014).

Na micropolítica do cotidiano, o racismo reduz o sujeito às identidades, conceitos e estigmas que atuam sobre sua trajetória de vida. Dessa forma, a construção da identidade da pessoa negra passa a ser moldada por aspectos reducionistas e categóricos que levam cotidianamente a processos de exclusão e submissão (PINTO; FERREIRA, 2014).

A categoria de identidade assume um papel importante na compreensão de como o indivíduo se constitui, portanto, voltar-se para a compreensão da identidade de uma pessoa negra é considerar também os contextos sociais adversos em que esteve presente ao longo de sua trajetória e sobre os quais configuravam-se como potenciais para vivências de discriminação racial (PINTO; FERREIRA, 2014).

Como destacam os autores Pinto e Ferreira (2014), no processo de construção da identidade negra, o caminho que se percorre é comumente marcado por inúmeras contradições e opressões as quais o indivíduo enfrenta. Por vezes, na micropolítica do cotidiano, o indivíduo se vê negando a si próprio, sua cor e características que lhe são pertencentes. Todas as experiências deixam uma marca profunda nas produções de subjetividades.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Para a realização do referido estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, com abordagem explicativa-exploratória. Assim, temos que a pesquisa qualitativa caracteriza-se principalmente pela finalidade em compreender um fenômeno em profundidade, cujo aspectos envolvidos na pesquisa, são não quantificáveis (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Desse modo, a centralidade da pesquisa está em trabalhar com questões que fogem à simples operacionalização de variáveis, buscando um significado aprofundado dos processos e fenômenos estudados. (MINAYO, 2002).

Acrescendo-se a isso, temos a pesquisa de caráter exploratório, que objetiva uma maior proximidade com o problema a ser estudado, seja para torná-lo mais evidente ou mesmo para a formulação de hipóteses para estudos posteriores. Além disso, também busca proporcionar o esclarecimento de conceitos e ideias. O planejamento deste tipo de pesquisa costuma ser mais flexível. Para sua realização podem ser utilizados tanto o levantamento bibliográfico ou documental quanto entrevista ou estudos de caso (GIL, 2008).

Por fim, temos a pesquisa explicativa, que objetiva identificar quais fatores podem estar atrelados à ocorrência dos fenômenos, sejam eles fatores que contribuem para tais eventos ou mesmo aqueles que o determinam. Esse tipo de pesquisa busca explicar o porquê das coisas, possibilitando assim um maior aprofundamento e compreensão da realidade (GIL, 2008).

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A OMS declarou, ao dia 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, considerado o mais alto nível de alerta conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional, já em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (OPAS, 2020). Levando em conta o contexto atual de distanciamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e a incerteza do retorno às atividades presenciais de aglomerações em detrimento das normas de distanciamento social, optou-se por se constituir a pesquisa no formato virtual/online. O procedimento aconteceu em formato remoto por entrevistas através do Google Meet, com a devida autorização de participação e aceite da pesquisa após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.3 PROCEDIMENTOS

4.3.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa foi contextualizada na Região Centro-Sul do Ceará que é composta por 13 municípios, sendo eles: Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari (IPEACE, 2017). O estudo contempla profissionais de Psicologia autodeclarados negras e negros com CRP ativo, residentes na região centro-sul. Desse modo, os profissionais residem em algumas dessas cidades que contemplam a região centro-sul do Ceará.

4.3.2 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa são profissionais de Psicologia autodeclarados negras e negros com CRP ativo, e cuja residência é na região centro-sul do Ceará.

4.3.3 Recrutamento dos Participantes

Tendo em vista a Pandemia de COVID-19, o recrutamento dos participantes aconteceu de modo on-line através de plataformas digitais de comunicação social (ex: WhatsApp, Instagram, Facebook, E-mail, etc.). Foi utilizada a técnica de bola de neve (snowball), cuja intenção é recrutar os participantes a partir de uma primeira indicação de participante entrevistado, ao passo que este indica o segundo, e o segundo indica o terceiro, e assim, consecutivamente.

4.3.4 Entrevista na Plataforma Google Meet

O estudo conta com uma entrevista semiestruturada composta por perguntas que visam discutir o impacto do racismo na produção de saúde mental em trajetórias de vida de pessoas negras. Foi realizado de forma remota através da ferramenta Google Meet respeitando as orientações da OMS sobre o isolamento social. A entrevista foi feita de forma individual. As entrevistas contaram com uma média de até 30 minutos para responder. A entrevista possui o roteiro de perguntas semiestruturadas no Anexo I. Foram realizadas um total de 3 entrevistas semiestruturadas pela Plataforma Google Meet.

Foram gravadas as entrevistas no Google Meet com a devida autorização dos participantes, por meio do recurso de gravação que a própria plataforma disponibiliza. Para isso, foi obedecida a Resolução nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, no

capítulo I e parágrafo XXII, em que afirma que a autorização pode ser recolhida dos participantes na modalidade áudio e/ou vídeo confirmando o livre consentimento de participação na pesquisa (BRASIL, 2016).

4.3.5 Aspectos Éticos

Por fim, a presente pesquisa, toma como base de orientação ética a Resolução nº 466/12, que consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos (BRASIL, Ministério da Saúde, 2012) e da Resolução nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Também orienta a Resolução no 016 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2000), bem como foi submetido na Plataforma Brasil e foi encaminhado ao Comitê de Ética do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

4.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados da pesquisa consiste no dispositivo da Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2001). Após a realização das entrevistas foram feitas as transcrições das gravações coletadas por meio da Plataforma Google Meet. Desse modo, por meio da análise categorial de Bardin (2001), foram realizadas, no primeiro momento, leituras flutuantes e mais livres para possibilitar criar as categorias de homogeneidade e representatividade dos temas (BARDIN, 2001). Para a tabulação dos dados qualitativos foi utilizado o software de análise textual *Atlas Ti*. versão 8.4.2.

4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DO SUJEITO DE PESQUISA

4.5.1 Critérios de Inclusão

- Os indivíduos devem ter idade mínima de 18 anos.
- Reside na região centro-sul do estado do Ceará.
- Ser profissional de Psicologia autodeclarado negra ou negro e possuir CRP ativo.
- Tenham disponibilidade em participar da pesquisa virtualmente.

4.5.2 Critérios de Exclusão

- São excluídos os dados de participantes que, mesmo depois de assinado o TCLE (Anexo VI), desistam por qualquer motivo de participarem, e seja informado aos pesquisadores.
- Sujeitos que não consigam por condições psicopatológicas responderem o processo da entrevista na Plataforma Google Meet.

4.6 TAMANHO DA AMOSTRA NO BRASIL

O número de participantes neste instrumento é de 3 sujeitos respondentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas um total de três entrevistas semiestruturadas, cujos perfil dos participantes são:

Participante “A”: 27 anos de idade, profissional de psicologia há 3 anos, autodeclarada negra, residente da região centro sul do Ceará, trabalha atualmente na docência e contexto clínico.

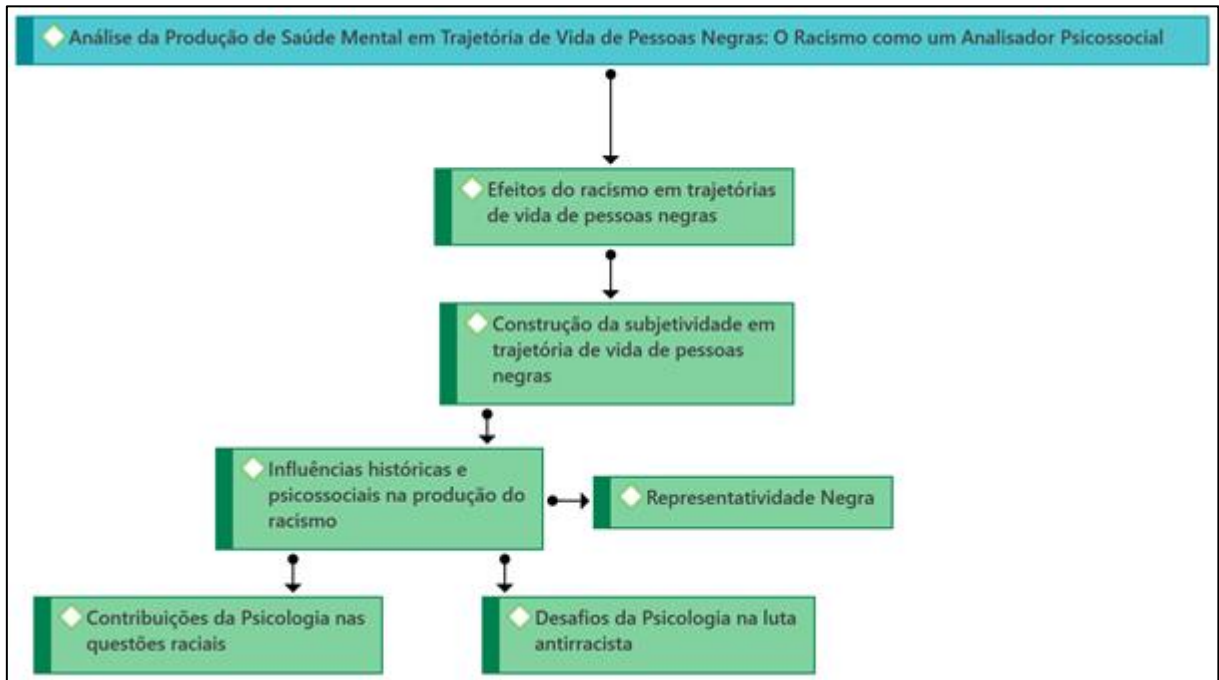
Participante “B”: psicóloga recém-formada, autodeclarada negra, residente da região centro-sul do Ceará.

Participante “C”: profissional de psicologia formada há cerca de 10 meses, autodeclarada negra, residente da região centro-sul do Ceará, trabalha atualmente como psicóloga clínica e é também voluntária em um CAPS infantil.

Após realização das entrevistas, e após também serem feitas as transcrições das perguntas e respostas, com base no conteúdo obtido por meio das mesmas, foi realizado inicialmente uma breve exploração desse material, o que possibilitou, posteriormente, a criação das seguintes categorizações para efeito de análise, tendo como tema central a “*Análise de saúde mental em trajetória de vida de pessoas negras: o racismo como analisador psicossocial*”. Contabilizando um total de seis categorizações, são elas: *Efeitos do racismo em trajetórias de vida de pessoas negras; Construção da subjetividade na trajetória de vida de pessoas negras; Influências históricas e psicossociais na produção do racismo; Contribuições da psicologia nas questões raciais; Desafios da psicologia na luta antirracista; Representatividade negra.*

O infográfico a seguir, ilustra de que forma as categorias se conectam entre si:

Figura 1 – Relação de categorias analíticas do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Tomando o infográfico como referência, temos como temática central a “*Análise da Produção de Saúde Mental em Trajetória de Vida de Pessoas Negras: O Racismo como um Analisador Psicossocial*”, partindo desse ponto, a pesquisa possibilitou a formação da primeira categoria de análise: “*Efeitos do racismo em trajetória de vida de pessoas negras*”. Essa categoria evidenciou dentre outros efeitos advindos do racismo, o retraimento, isolamento e sentimentos de inferioridade que, por conseguinte, levantou uma segunda questão: a forma como tais aspectos dialogam com a própria construção subjetiva, mostrando, desse modo, uma correlação com a categoria “*Construção da subjetividade em trajetória de vida de pessoas negras*”.

Em seguida, essa categoria acerca dos processos subjetivos se conecta com a categoria “*Influências históricas e psicossociais na produção do racismo*” pois ambas se complementam ao trazer considerações de como esses processos vão tomando forma e reverberando na trajetória de vida dessas pessoas, bem como, no meio social, possibilitando uma compreensão mais ampla acerca dessas influências. E, por fim, essa categoria “*Influências históricas e psicossociais na produção do racismo*”, mostra correlação com as outras três seguintes: “*Contribuições da Psicologia nas questões raciais*”, “*Desafios da Psicologia na luta antirracista*” e “*Representatividade Negra*”, já que ambas fomentaram um debate acerca da

importância de se dar visibilidade às questões raciais, às formas de enfrentamento ao racismo, bem como, do comprometimento ético e político da Psicologia frente à luta antirracista.

Quanto à categoria acerca dos efeitos do racismo em trajetórias de vida de pessoas negras, foram agrupados relatos que integram experiências e vivências por parte dos entrevistados que ajudam a compreender de que forma esses efeitos se apresentam e se manifestam na vida dessas pessoas, permitindo também observar como o campo da saúde mental, com o qual a Psicologia trabalha, é atravessado por tais questões.

Desse modo, tomando como base o conteúdo apresentado, proveniente das entrevistas, nota-se entre eles uma certa convergência. Neste sentido, ao analisarmos a categoria “*efeitos do racismo em trajetória de vida de pessoas negras*”, os relatos evidenciam os desafios em ter que lidar com ideias moldadas por aspectos reducionistas, ou seja, que tendem a colocar o sujeito em uma condição de subalterno e de inferioridade, e que isso infere poder levar à certos processos de adoecimento e retraimento:

“(...) Eu sempre volto nesse contexto de adoecimento porque nos paralisa, se a gente não conseguir de certa forma, lidar com alguns comentários, a gente se retrai e se isola de todos os outros contextos, e eu inicialmente em outro momento eu tive esse comportamento de “ah, não vou não, porque não sei como vão me receber”, então eu sempre procurei em alguns momentos me isolar” (PARTICIPANTE A)

“Então assim, eu não me aceitava e não me reconhecia, mais no fator de me isolar, de disser assim “ah ninguém dá nada por ela” (PARTICIPANTE A)

“Há situações que acabam sendo disfarçadas ali o racismo, mas que está presente. E é uma violência que está presente ali a todo instante, e que, é aquela coisa, é sutil, na maioria das vezes acontece de forma sutil, é “não, não existe racismo hoje em dia”. Só que na verdade tá aí né? Bem intenso. Cada vez bem mais assim intenso” (PARTICIPANTE B).

“Por ser negra, por si só, eu particularmente, falando da minha experiência de vida, já sofri muito preconceito e isso me paralisou diante inúmeras situações” (PARTICIPANTE C).

“Então, as escolas que eu estudei, as pessoas não falavam comigo pelo simples fato de eu ser negra, não brincavam comigo, não tinham o mínimo de contato comigo. Caçoavam, me chamavam de negrinha. Então, isso me travou enquanto criança, como a gente sabe que hoje em dia é a mesma coisa, trava a criança. Ao longo da minha vida eu comecei a contrair medos. Medos, inseguranças...” (PARTICIPANTE C).

Esses relatos também são reforçados e explicados pelo que os autores Pinto e Ferreira (2014) abordam. Segundo eles, ocorre que uma exposição prolongada a essas formas de desvalorização e de invisibilização de sua subjetividade, geram uma série de impactos que paulatinamente começam a se manifestar, como sentimentos de angústia, insegurança, rigidez e outros, que deixam marcas profundas no indivíduo.

Acerca destes processos, os autores Alvez, Jesus e Scholz (2015), afirmam também que é possível perceber que a população negra no Brasil, desde o período escravagista, não esteve submissa apenas e exclusivamente à uma violência física e expressa através da força, mas também esteve submetida a um tipo de violência que lhe retira a condição de humano e que silencia, reprime e condena suas formas de expressão e de construção subjetiva.

Desse modo, o racismo vivenciado a partir da trajetória de vida de pessoas negras, revela-se enquanto uma constante em que seus efeitos são paulatinamente sentidos e reverberados nos mais diversos contextos. Como apontado pelos autores e entrevistados, sentimentos de inferioridade e insegurança e comportamentos de retraimento e isolamento costumam ser algumas das manifestações dos efeitos do racismo na vida dessas pessoas. Infere-se que tais efeitos, portanto, apresentam-se enquanto impactos negativos na qualidade de vida das mesmas. Tudo isso nos revela não apenas a importância de se compreender acerca desses processos, como também nos convoca a pensar em formas de cuidados, e a Psicologia, enquanto área voltada para o cuidado da saúde mental, revela-se como uma potencial ferramenta nesse processo:

“Durante muito tempo não foi o melhor manejo pra mim, mas era o manejo que eu consegui dá, era a resposta que eu consegui realizar, era o comportamento que eu conseguia ter, e não estava satisfeito, não estava saudável, não estava positivo pra mim, com relação a aspectos, ao meu equilíbrio emocional, a minha saúde mental, eu tive que procurar outras formas, e pra isso eu tive que passar por alguns processos. como eu falei aqui em outro momento, eu tive que ir pra psicoterapia, e eu não levei isso como uma demanda principal, isso é importante eu ressaltar, porque eu sabia que doía, mas eu deixei guardada” (PARTICIPANTE A).

Assim, enquanto falamos acerca dos efeitos do racismo na trajetória de vida de pessoas negras, outro ponto também é colocado em questão: a construção de subjetividade. São categorias que se dialogam e se relacionam neste sentido. O autor Ferreira (1999) também traz algumas contribuições acerca do processo de subjetivação e do racismo, que nos ajudam a compreender de que forma os efeitos advindos do racismo estão também atrelados aos modos de subjetivação desses indivíduos.

Segundo Ferreira (1999) o racismo em trajetória de vida de pessoas negras pode levar a um estágio de submissão marcado pela aceitação e subjetivação de ideias reducionistas que levam essas pessoas a experienciarem sentimentos de inferioridade e desvalorização de si, e a permanência nesse estágio de submissão pode levar ao sofrimento psíquico. No entanto, como o autor destaca, ao tomar consciência desse processo de submissão, o sujeito pode então fazer também um desarranjo nessa conjuntura. Ao passo que se conscientiza acerca desse processo

de submissão e se mobiliza rumo a uma transformação, ele passa para um outro estágio em que pode criar condições para valorização de sua identidade negra.

Acerca desse processo, os participantes também destacaram:

“Porque eu não queria que, de certa forma isso me limitasse, porque as outras pessoas tinham seus a priori, tinham os preconceitos delas, nem me conheciam e já sinalizavam alguns comportamentos, alguns ‘ah, ela é assim, assim, assim. ‘ah meu deus do céu, não sabe de nada’ Entendeu? E eu tive antes de mais nada, de aprender a lidar com tudo isso e eu acredito que a psicologia, o processo de eu estar como estudante e hoje estar como profissional eu consigo lidar com tudo isso, não que não machuque, machuca de uma forma diferente, eu consigo manejar de uma forma diferente e isso foi por conta da própria psicologia” (PARTICIPANTE A).

“Eu já escutei muita coisa, mas nada do que foi dito fez parte da minha construção enquanto identidade, enquanto pessoa. Acredito que, basicamente é, não é as consequências do racismo, mas é de como esses atos lhe afetam, afetam muito hoje, mas acredito eu que é o ‘ser filtro’. As pessoas precisam aprender a ser filtro, diante desses atos” (PARTICIPANTE C).

Desse modo, embora os efeitos do racismo sejam manifestos principalmente em forma de retraimento, isolamento e sofrimento psíquico, em especial pela submissão a que eram impostos, tenham afetado e ainda afetem essas pessoas, vê-se uma possibilidade de reversão dessa situação e desse processo, que já se inicia na própria tomada de consciência acerca dessas formas de sujeição e submissão, e vai se desenvolvendo até que sejam promovidas a valorização e aceitação da identidade negra. Aqui não se infere dizer, no entanto, que seja necessário apenas a tomada de consciência acerca desses processos para que ocorra uma transformação significativa, mas que, essa mudança pode ser potencializada por meio dela.

Nesse ínterim, ainda acerca dos processos de construção de subjetividade em trajetória de vida de pessoas negras, a categoria *“Construção da subjetividade na trajetória de vida de pessoas negras”* visa também integrar a percepção que os participantes trazem acerca da subjetivação, levando-se em conta esses processos de exclusão, vulnerabilidades e racismo na trajetória de vida dessas pessoas. Destacam-se os seguintes relatos:

“(…)É só a gente pensar assim, de qual modelo de sujeito que nós estamos falando, quando fala de subjetividade a gente tem um perfil ali de sujeito, principalmente na psicologia né? Um perfil ideal, adequado. Por exemplo, um homem branco e tudo mais, ou então, uma mulher branca que ocupa uma determinada classe social, então esse é o perfil que assim, é o mais aceitável, digamos, né? E aí acaba que silenciando muitos corpos e muitas existências quando na verdade não é por aí o caminho, existem outras subjetividades que precisam ser consideradas, outros corpos, outras existências” (PARTICIPANTE B)

“A minha mãe e a minha família materna, eles não sofrem isso, eles não têm sofrido na pele o que eu sofro, porque eles têm a cor da pele branca. O meu pai que é negro (...) então até eu compreender que o meu pai era negro, e me reconhecer a partir dele, foi um processo também que eu sofri e penei (...). Porque eu olhava pra todo mundo que morava comigo, que eu sempre nasci e me criei, como diz, e não me reconhecia. Eu era diferente, e quando eu comecei a conviver com o meu pai, a me aproximar dele, a ter uma relação com ele, eu nunca morei com ele, eu saía com ele esporadicamente. Então o meu processo de semelhança e de aceitação também,

porque eu não compreendia porque eu era diferente, porque a referência que eu tinha não era semelhante a mim, então foi o processo que eu, quando eu comecei a sair com o meu pai que eu validei (...) Com o tempo realmente, com o amadurecimento, quando eu fui entrando na adolescência, foi que eu consegui reorganizar tudo isso, mas foi um processo, tem sido um processo” (PARTICIPANTE A).

Ao considerarmos esses dois relatos que falam acerca dos processos de reconhecimento identitário negro, bem como, da importância em dar visibilidade a esses outros corpos e existências, revela-se também a importância de se compreender a construção subjetiva. Como destacam Pinto e Ferreira (2014), a categoria de identidade assume um papel importante na compreensão de como o indivíduo se constitui, portanto, voltar-se para a compreensão da identidade de uma pessoa negra é considerar também os contextos sociais adversos em que esteve presente ao longo de sua trajetória.

E, por contextos adversos compreende-se inclusive as próprias questões advindas do racismo que acabam negando outros corpos e subjetividades. O relato dos participantes reforça o quanto esse processo de subjetivação perpassa não só o processo de reconhecimento como também de aceitação da negritude, processo muitas vezes dificultado pela falta de referência resultante de uma invisibilidade que é colocada sobre esses sujeitos e de concepções errôneas e equivocadas acerca da negritude que levam à processos de exclusão, colocando-os sob um jugo de inferioridade:

“Então o negro sempre foi a ralé da sociedade. A construção do racismo não nasceu de hoje (...) então a gente vê muito isso, essa mudança, do que é bom ser branco e do que é ruim ser negro. Claro e escuro, trevas e céu. Então tudo tem essa atrelação ao negro, preto como algo ruim, e isso vem sendo constituído socialmente ao longo de muito tempo” (PARTICIPANTE C).

Portanto, falar acerca dos processos de subjetivação, bem como, dos efeitos advindos do racismo, é também considerar todo um contexto histórico e cultural que o atravessa. Como afirmam Abreu e Lima (2021), é necessário compreender e reconhecer a subjetividade humana enquanto processo culturalmente situado. Portanto, ao adentrarmos neste campo acerca da subjetivação, bem como, dos efeitos do racismo na trajetória de vida de pessoas negras, percebe-se não haver possibilidade de uma dissociação desses processos com os contextos sociais e mesmo históricos os quais estão inseridos. Os autores destacam ainda: “é reconhecer que sociedades racializadas produzem não apenas corpos racializados mas também subjetividades racializadas” (ABREU; LIMA, 2021, p. 9).

Desse modo, a categoria “*influências históricas e psicossociais na produção do racismo*”, que compõe a percepção dos participantes acerca de tais influências no contexto de

suas trajetórias, reforçam esses aspectos, bem como, mostra-nos também alguns importantes marcadores deste processo:

“O racismo é algo bem histórico assim, então a gente não pode nem desconsiderar todo esse contexto e que, querendo ou não, ainda há uma... está um pouco disfarçado ainda. Há situações que acabam sendo disfarçadas ali o racismo, mas que está presente. E é uma violência que está presente ali a todo instante, e que, é aquela coisa, é sutil, na maioria das vezes acontece de forma sutil, é “não, não existe racismo hoje em dia”. Só que na verdade tá aí né? Bem intenso. Cada vez bem mais assim intenso” (PARTICIPANTE B).

“Até hoje a gente em muitas situações nós somos desacreditados a partir daquele princípio negro, daquele contexto cultural lá atrás, que fez parte de toda a nossa história. Então, eu acredito que teve sim avanços, mas eu não acredito quando diz “ah o Brasil não é um país racista” como eu já escutei. Eu não acredito nisso, é sim e é muito, muito mesmo, apesar de toda variedade que nós temos com relação as raças, a própria miscigenação. Ele só é velado, ele se apresenta de formas diferentes, de uma forma sutil, dá uma escondidinha. Eu sinto dessa forma, eu vivencio dessa forma” (PARTICIPANTE A).

“Então eu desejo realmente é que todos que passam ou passaram pela mesma situação consigam olhar pra ela e falar, porque eu acredito que é o que vai oportunizar realmente a gente quebrar ainda mais esses a priori, essas certezas, esses preconceitos que até hoje estão sendo carregados, a gente teve a questão da liberdade, de não estarmos mais acorrentados como escravos, mas até hoje a gente carrega aquelas correntes invisíveis, em decorrência de todo esse contexto histórico. Mas que é preciso falar, “tá bem, pode tá aqui, mas não é ela que me define. Apesar de vocês me olharem dessa forma” (PARTICIPANTE C).

“A construção do racismo não nasceu de hoje. Ela vem de um trajeto histórico muito além disso, é tanto que, você vê a construção de racismo até em figuras de personagens que até hoje representam muita coisa (...). Então tudo tem essa atrelação ao negro, preto como algo ruim, e isso vem sendo constituído socialmente ao longo de muito tempo” (PARTICIPANTE C).

Considerando os relatos acima dos participantes, percebe-se que eles se convergem ao destacar que a construção do racismo tem um trajeto histórico a ser considerado, como também que mesmo com a passagem do tempo, ele continua presente, embora assumindo novas roupagens. Uma ênfase também é dada aqui ao racismo velado que, no Brasil, se mostra bastante comum. Acerca disso, os autores Lima e Vala (2004) destacam que as novas formas e expressões pelas quais o racismo se manifesta são agora disfarçadas e indiretas, é quase como se buscasse estabelecer uma convivência harmônica com a norma antirracista e surgisse entre suas brechas. Embora o racismo mais direto, tradicional e aberto, decorrente de todo um trajeto histórico, ainda continue a existir, não perdendo a importância em ser mencionado, temos também de considerar e destacar que as novas formas disfarçadas do racismo podem ser tão ou ainda mais prejudiciais do que as próprias formas mais aparentes e abertas e isso porque, as formas de enfrentamento também variam e demandam do sujeito novas estratégias.

Esses aspectos também são reforçados pelo que o participante “A” comenta a respeito:

“Depois eu vi, comecei a vivenciar de uma forma muito sutil, muito velada, e a que me doía mais era a forma velada, por incrível que pareça, porque eu me sentia diminuída duas vezes. E até eu conseguir dar esse manejo de “vamos lá, me diga, o que você quer dizer, seja claro”, eu desafiava em alguns momentos. E foi a melhor estratégia que eu tive, pra que eu me reconhecesse. Então eu acredito que é válido a gente pensar, em todo contexto, a minha história de vida, o meu repertório, o que eu absorvi, o que eu coloquei pra fora, pra que eu consiga estar aqui hoje, falando com você” (PARTICIPANTE A).

Esses processos demonstram o quanto o racismo tem se adaptado aos mais diversos contextos sociais, culturais e históricos. Lima e Vala (2004), chegam ainda a comparar o preconceito a um vírus latente que costuma agir discretamente enquanto as normas de igualdade estão ali presentes, mas que é só encontrar uma brecha para que ele se manifeste através de expressões violentas e fanáticas.

Diante disso, parece ser ainda mais urgente esse olhar atento e alerta a qualquer manifestação do racismo, uma busca por formas de ser combatido pode por vezes parecer mais difícil e dificultada por fatores como mutações pelas quais o racismo passa, mas que não deixa de ser importante continuar lutando, continuar reforçando essa luta, a luta antirracista. E, ao mencionarmos essa luta, não podemos deixar de destacar as contribuições pelas quais a Psicologia tem gerado para com as questões raciais. Dessa forma, a categoria *“contribuições da psicologia nas questões raciais”* por sua vez, abrange a compreensão de como esses profissionais entrevistados avaliam o empenho e comprometimento da Psicologia nas questões raciais, em especial, as contribuições no que se referem à luta antirracista. Desse modo, quais implicações estariam aí mais evidentes. Destacam-se os seguintes trechos:

“A psicologia ela contribuiu demais, demais mesmo, e eu não estou me referindo aqui, para eles, primeiramente, para as pessoas que tenham alguns preconceitos, que partilham de algumas ideias que a gente sabe que não deveriam mais existir, mas existem. Eu acredito que antes de mais nada a psicologia contribuiu pra mim, pro meu processo de reconhecimento, pro meu processo de aceitação da situação, quando eu me refiro de aceitação da situação, é que eu tenho a autonomia de modificar, mas eu aceito no sentido de que isso não me aborreça, como em outros momentos, quando eu era mais nova, eu ficava indignada, revoltada, não que hoje eu não fique, eu fico. Só que a minha forma de lidar com essa situação é um pouco diferente, eu consigo administrar melhor, para que realmente eu não paralise. E isso foi em decorrência da psicologia, do meu processo, sempre estive em psicoterapia, então isso sempre era um assunto que eu debatia, que eu levava como demanda” (PARTICIPANTE A).

“levando para um contexto mais amplo, social realmente, é porque a gente não silencia, a psicologia permite que a gente não silencie, com relação a essas situações e esses questionamentos, realmente. Então, eu tenho mais propriedade de segurança de levantar essa bandeira de ficar defendendo a causa, validando que realmente, sim existe” (PARTICIPANTE A).

“Se o psicólogo vai lá e fala, eles credibilizam. Então porque, porque a palavra do profissional pesa. O psicólogo hoje levantar a bandeira antirracista é um ato de resistência, é um ato de ensinamento é um ato de aprendizagem” (PARTICIPANTE C).

“Quando eu vejo o parâmetro de igualdade da psicologia, acredito eu que esse parâmetro poderia ser um exemplo pra sociedade. Tratar o outro igual por igual, e

coisas simples, tipo, eu não confiava em mim por uma série de motivos e um deles era por ser negra, e ver pessoas confiando em mim, apesar da minha cor, pra mim é imprescindível, é crucial, me dá confiança, me dá uma responsabilidade a mais, de ver que as pessoas credibilizam isso, de ver que as pessoas notam o esforço, para além de uma cor” (PARTICIPANTE C).

Acerca do comprometimento e contribuições da Psicologia com relação às questões raciais, Schucman e Martins (2017) mencionam que, embora não tenha sido de imediato, a Psicologia foi aos poucos tomando parte e se comprometendo com os movimentos sociais, inclusive o negro. Esse comprometimento se mostra cada vez mais imprescindível para a promoção de uma sociedade mais justa. Desse modo, compreende-se que dentre as contribuições proporcionadas pela Psicologia destacam-se a abertura para novos espaços de debate acerca do tema racismo, bem como, a partir disso, proporcionar um maior aprofundamento e compreensão acerca dos seus efeitos.

Em consonância a este cenário, enfatiza-se também o impacto que o comprometimento da categoria profissional pode proporcionar no âmbito das questões raciais quando atrelado à subjetividade. Dentre algumas das contribuições a serem enfatizadas, está em como a Psicologia pode subsidiar a compreensão de como a violação de Direitos Humanos, dentre eles a violação proveniente de atos racistas, implica na própria vivência subjetiva dos indivíduos (CRP/SP, 2007).

Desse modo, destaca-se que a Psicologia enquanto área de saber, ciência e profissão, tem muito a oferecer e contribuir socialmente quanto às questões raciais e que seu comprometimento ético e político tem, aos poucos, apresentado avanços, inclusive ao subsidiar os profissionais que lidam direta ou indiretamente com estas questões. No entanto, não podemos deixar de mencionar que ainda se encontram alguns desafios no caminho. Os autores Schucman e Martins (2017), que trazem menções acerca das contribuições da Psicologia, também apresentam alguns pontos acerca desses desafios. Segundo eles, dentre tais desafios cabem ser mencionados, em especial, os aspectos voltados ao próprio curso de formação profissional, já que se percebe que, embora a Psicologia já tenha garantido muito material acerca da temática, continua sendo necessário e imprescindível um maior engajamento nestas questões, tanto para produção de formas de enfrentamento ao racismo, quanto para que a compreensão acerca de seus efeitos se torne cada vez mais aprofundada.

Desse modo, é percebido a necessidade de que seja dada uma maior visibilidade às questões raciais, necessidade essa que vem desde a própria formação profissional. Em consonância com estas colocações, a categoria “*Desafios da Psicologia na luta antirracista*”, permite observar quais seriam então os maiores empecilhos, apontados pelos entrevistados, que

a Psicologia enfrentou e/ou ainda enfrenta quando se trata da luta antirracista e de sua participação e implicação nas questões raciais. Destacam-se os seguintes relatos:

“Eu vejo assim, que é um grande desafio da psicologia, caminhar diante dessa temática. De lidar com o racismo, de lidar com essas violências, de discutir sobre isso. Não é à toa, que, até no meu próprio TCC eu falei sobre isso, no sentido de que, a partir dos anos 2000, a psicologia começou a discutir sobre racismo, sobre população negra e aí, são muitos anos que a psicologia se ausentou dessa temática. E aí, hoje em dia, atualmente, a gente percebe que tem um avanço, tem, mas que ainda tá nesse processo muito lento, sabe? Assim, eu vejo dessa forma, que ainda está caminhando, engatinhando mesmo, acho que tem muito ainda a evoluir” (PARTICIPANTE B).

“Eu vejo assim, como sendo o principal desafio é reconhecer que existe, que tá aí o racismo. O segundo no caso seria o que fazer agora, diante dessa realidade (...) O que surge de mais urgente olhando pra essa luta?... Ações, assim... De se pensar em políticas públicas voltadas para a população negra, para se combater o racismo, se combater essas violências” (PARTICIPANTE B).

“Rever a formação desses profissionais, sabe? Acho que é essencial, o que que nós estamos considerando como relevante para se pensar a formação e assim se pensar também na atuação, diante desses contextos principalmente. É pensar realmente quais são as temáticas que devem ser discutidas na graduação, quais são as epistemologias, a partir de quê, de quem, pra se compreender de fato (...). A gente precisa buscar enxergar esses corpos, enxergar essas violências, enxergar esse racismo. E pra isso é preciso pensar de fato essa formação”. E aí, nessa escolha de temáticas, na escolha de disciplinas, quais são as disciplinas que são consideradas aí relevantes pra se pensar no racismo, pra se pensar na população negra, quais são as epistemologias também que merecem destaque. Eu acredito assim que a partir disso acaba que gerando uma certa desconstrução na graduação, na nossa formação e conseqüentemente na atuação” (PARTICIPANTE B).

“Acredito que, os movimentos são importantes sim, mas levar de forma mais centrada para as escolas, que é o nicho da sociedade. Para escolas, para casas, para as famílias. (PARTICIPANTE C)”

“Acredito que o desafio de todos os sentidos, que é o investimento. A saúde mental, para além dos negros, é esquecida. Então, é tipo a ralé da ralé. Quando você vê dividida a verba do governo, a saúde mental é a última. Se você for pesquisar os cortes de saúde mental foram os maiores. Então, investir é necessário, mas não existe. O governo ele deve e precisa investir em saúde mental, coisa que não tem acontecido, que não tem sido viabilizado. Então a gente precisa, necessita urgentemente de investimento, não só os negros, mas a saúde mental em um contexto geral” (PARTICIPANTE C).

Desse modo, a fala dos entrevistados apontam desafios que vão desde a formação profissional até àqueles condizentes com a própria prática do psicólogo, dentre eles a necessidade de promoção de mais políticas públicas voltadas para a promoção de saúde mental para a população negra, bem como a falta de investimento na área da saúde mental que acaba por dificultar ainda mais o avanço desses aspectos e a necessidade também de ver a grade curricular de formação. Infere-se que, tais desafios evidenciam assim a pouca visibilidade que por anos ficou submetida as questões raciais.

Acerca disso, através de pesquisas os autores Khouri e Castelar (2016) também destacam a percepção de estudantes em relação aos debates acerca das relações raciais durante

o processo de formação de Psicologia, e demonstra o quanto ainda precisa ocorrer de maneira mais centrada, fazendo parte da própria composição do projeto pedagógico.

Por fim, destaca-se a categoria acerca da “*representatividade negra*”, que foi criada em razão de ser um ponto comum que os participantes abordaram em seus relatos, onde foi destacada a importância dessa representatividade e do que até mesmo a falta dela em alguns espaços, por exemplo, podem sinalizar:

“é preciso de pessoas negras, profissionais negros, ocupando esses espaços de saúde pra acolher pessoas negras também, mas não nessa ideia de que “ah então quer dizer que apenas profissionais negros acolhem pessoas negras”, não. Mas que haja essa questão de representatividade e identificação e aí dentro desses espaços de saúde, de poder justamente estar dialogando com outros profissionais e por aí vai” (PARTICIPANTE B).

“Com o passar dos anos, os negros vêm tomando posições importantes, vem tomando espaços importantes. E isso é extremamente crucial pra você vê o outro lado da situação, o outro cenário. O ganho de espaço” (PARTICIPANTE C).

“Quando você vai para as periferias, a grande maioria é negra, são raras as crianças que você vê branca. Quando não tem... quando têm né... as vezes não tem. Então, essa construção social traz toda a movimentação de uma cultura pra o racismo. A virada, quando o negro começa a assumir essas posições ele traz essa construção de subjetividade, de dar outro sentido a cor. Não é só de tudo ruim. Entende?” (PARTICIPANTE C).

Com relação a esses marcadores evidencia-se a importância mais uma vez em dar visibilidade a esses corpos e subjetividades negras. Infere-se que o ganho de espaço da população negra e acesso aos seus direitos são alguns aspectos que podem evidenciar avanços significativos na valorização e promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. A pouca representatividade nas questões sociais, por outro lado, pode surgir enquanto um marcador que indica ainda uma emergência em se pensar em formas de mitigar os efeitos do racismo, que dentre outros, como já apresentados, pode levar ao retraimento, isolamento e exclusão desses sujeitos.

Assim, diante do que foi abordado e exposto, a Psicologia surge ainda enquanto uma área em processo emergente quanto a um comprometimento com as questões raciais, no qual ainda lida com alguns desafios. Percebe-se a importância em continuar dando cada vez mais visibilidade a estas questões e em se pensar em estratégias de enfrentamento que estejam aptas a lidar com as mutações pelas quais o racismo vem passando ao longo dos anos. Não devemos nos esquecer que a luta antirracista continua sendo constante e requer sempre novos aprimoramentos e modos de reinvenção para lidar com o que se apresenta. Espera-se que com a emergência de tais questões possam ser proporcionados mais espaços para discussões a fim de possibilitar também práticas ainda mais comprometidas e com melhor direcionamento a essas demandas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, por meio do exposto, que os efeitos do racismo e a produção de saúde mental na trajetória de vida de pessoas negras, são aspectos que se relacionam em algum grau. Logo, o enfoque dado a ambas as questões se mostrou de suma importância para uma melhor compreensão acerca desses fenômenos. Assim, a pesquisa possibilitou uma discussão acerca do impacto do racismo na produção de saúde mental em trajetórias de vida de pessoas negras e, através dos dados coletados por meio das entrevistas, foi possibilitado identificar alguns dos efeitos do racismo, dentre os quais destacaram-se o isolamento, retraimento e sentimentos de inferioridade e insegurança. Bem como, problematizar experiências de racismo vivenciadas em trajetórias de pessoas negras, o que também possibilitou perceber como tais efeitos podem exercer algum papel na própria construção subjetiva dessas pessoas.

Somando-se a isso, temos também as considerações dos participantes acerca das influências históricas e psicossociais para produção do racismo, por meio das quais foram discutidos os processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais vivenciados a partir dessas trajetórias, e que também trouxeram ênfase acerca da configuração da prática de um racismo velado no Brasil e ainda de como ele continua a produzir seus efeitos na trajetória de vida dessas pessoas que, diante as diferentes formas pelas quais o racismo se manifesta, requer também cada vez mais novas elaborações e formas de enfrentamento.

Diante esse cenário, também foi analisado as implicações ética e política da Psicologia relacionadas ao campo da saúde mental e questões étnico-raciais, e as considerações dos participantes evidenciaram que a psicologia se mostrou enquanto uma forte aliada à luta antirracista, capaz de fornecer subsídios aos profissionais da área que lidam direta ou indiretamente com tais questões. Destacam-se entre suas contribuições a própria promoção de saúde mental na trajetória de vida dessas pessoas, bem como, contribuiu na busca por novas formas de enfrentamento ao racismo. Ainda assim, em seus relatos, esses mesmos participantes convergiram também ao pontuarem que a área ainda possui alguns desafios. Foram enfatizados os desafios quanto à própria formação profissional que ainda precisa dar mais visibilidade às questões raciais, bem como os desafios relacionados à atuação na área, pela necessidade de maiores investimentos e de políticas públicas.

Desse modo, percebe-se que a Psicologia vem paulatinamente avançando e mostrando comprometimento com as questões raciais, o que pode ser observado pelas contribuições que vêm sendo geradas, no entanto, a área ainda enfrenta alguns desafios que, em especial, são referentes a pouca visibilidade que foi dada a estas questões ao longo dos anos.

Por conseguinte, é importante destacar que a pesquisa em si apresenta algumas limitações, em especial em decorrência do número pequeno de participantes, em decorrência de uma maior dificuldade em encontrar participantes condizentes com os critérios de inclusão. Esse é, inclusive, um dado relevante a ser pensado, tendo em vista a temática em questão, o que reforça a necessidade de uma continuidade a estudos que viabilizem, ampliem e validem essas discussões.

Diante do que foi exposto percebe-se a complexidade e, em consonância com isso, a importância de estudos e debates acerca da temática, com isso, espera-se que esta pesquisa possibilite que novos estudos possam ser realizados e aprimorados, o que poderá proporcionar uma melhor compreensão acerca destes fenômenos e conseqüentemente proporcionar maiores contribuições.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcio de; LIMA, Mônica. Corpo, Cultura e Subjetividade: Uma Abordagem Psicológica da Normatividade Branca. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/z4fBPBCg7zMnFrdKyjggD8x/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALVES, Míriam Cristiane; DE JESUS, Jayro Pereira; SCHOLZ, Danielle. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, jul-set 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/p9xtSXnTRfNXn4c8nFsRbpb/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 979-985, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/9ZGKYRnVx8rmgZDYs6NBrVv/?lang=pt>>. Acesso em 01 de junho de 2021.
- ASSIS, Jussara Francisca de. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 547-565, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JfVQpC8kyzshYtTxMVbL5VP/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 29 de maio de 2021.
- BAGGIO, Roberta Camineiro; RESADORI, Alice Hertzog; GONÇALVES, Vanessa Chiari. Raça e Biopolítica na América Latina: os limites do direito penal no enfrentamento ao racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 1834-1862, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/6fT3PWXbJX6f6vmB3t4VvqK/?lang=pt>>. Acesso em: 01 de junho de 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 016/2000**, de 20 de dezembro de 2000.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Temático vol. 1 – Psicologia e Preconceito Racial**, São Paulo: CRP/SP, 2007.
- COSTA, Eliane Silvia; SCARCELLI, Ianni Regia. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 357-366, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000200357&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 de abr. de 2021.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 16, n. 3, p. 271-278, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/tNVbv6Bxm9qrXSZdf4SMWxt/?lang=pt>>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<file:///D:/Desktop/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Uma história de lutas e vitórias: a construção da identidade de um afrodescendente**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa Social. In: _____. (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A; 2008. p. 26-32. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

HÜNING, Simone Maria; DA SILVA, Aline Kelly; NETTO, Tathina Lúcio Braga. Vulnerabilidade da População Negra e Políticas Educacionais no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 41, n. 114, p.110-119, Maio - Ago., 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ypZvGwnkc3hNLKCTC4bSQcd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, n. 41, 2018.

KHOURI, Jamille Georges Reis; CASTELAR, Marilda. Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 7, n. 2, p. 53-62, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000200005>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 9, p. 401-411, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/k7hJXVj7sSqf4sPRpPv7QDy/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; DE FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**. Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwfkvRN5vqb/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

MBEMBE, Achille. Arte & Ensaios. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/8993-17970-1-SM%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/8993-17970-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 17 de abril 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. *In:* Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9-29. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2021

MOORE, Carlos Wedderburn. **O Racismo Através da História: da antiguidade à modernidade**. São Paulo: Editora: UNESP; 2007. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baixa/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>>. Acesso em: 19 de abr. de 2021.

MOREIRA, Ana Luísa Coelho. O conceito de Promoção de Saúde para Refletir sobre a Saúde Mental da População Negra. **Revista de Políticas Públicas e Segurança Social**, América do Sul, v. 2, n, 2, p. 71-89, fev. 2018.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: Tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, n. 17, v. 1, p. 89-98, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/kQXPLsM8KBkZYsBTnTGhvmj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. A herança africana e a construção do Estado brasileiro. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 141, p. 204-223, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/StJLZhWXZDdjqmXmTt6sbVc/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 256-266, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/933>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* _____(org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: Do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 172-185, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, p. 177-199, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/6cjqsF7StdxHWd477PPxxrC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; A Pesquisa Científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 04 de maio. de 2021.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A Resistência à Colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, nov. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000/20061>>. Acesso em: 17 de abr. de 2021.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; DE MELLO, Letícia. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo / Necropolitics: racism and death politics in contemporary Brazil. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 1053-1083, jun. 2020. ISSN 2317-7721. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49790>>. Acesso em: 20 de abr. de 2021.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – INSTRUMENTO: ANÁLISE ACERCA DOS IMPACTOS DO
RACISMO EM TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS NEGRAS**

1. Por favor, gostaria que você se apresentasse. Me conte um pouco sobre quem é você.
2. Agora, me conta um pouco da sua formação em Psicologia. Como tem sido sua trajetória profissional na Psicologia.
3. Como podemos compreender os efeitos do racismo na trajetória de vida de pessoas negras?
4. Como você avalia as contribuições da Psicologia na luta antirracista?
5. Para você, quais os principais desafios quando se trata da luta antirracista?
6. Quais os principais desafios referentes à promoção de saúde mental na trajetória de vida de pessoas negras?
7. Como você percebe a influência dos processos históricos e psicossociais na produção do racismo e na construção de subjetividade?
8. Considerando o cenário brasileiro atual, o que você considera como sendo de mais urgente na luta antirracista?
9. Para você qual problemática mais se evidencia acerca das experiências de racismo vivenciadas em trajetórias de pessoas negras?
10. De que forma você percebe que a Psicologia pode contribuir e subsidiar os profissionais que lidam direta ou indiretamente com as questões raciais?
11. Há mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar ou comentar?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Tadeu Lucas de Lavor Filho, CPF 032.488.663-22, pesquisador principal, e Maria Dinara Ferreira Mota, CPF: 070.238.943-90, assistente de pesquisa, estão juntamente ao curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado realizando o Projeto de Pesquisa intitulado **“ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NEGRAS E NEGROS: O RACISMO COMO UM ANALISADOR PSICOSSOCIAL”** que tem como objetivo Discutir o impacto do racismo na produção de saúde mental em trajetórias de vida de pessoas negras. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: a) Problematizar experiências de racismo vivenciadas em trajetórias de pessoas negras; b) Discutir os processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais vivenciados a partir de trajetórias de pessoas negras; c) Analisar as implicações ética e política da Psicologia relacionadas ao campo da saúde mental e questões étnico-raciais.

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá na participação de uma entrevista semiestruturada online na Plataforma Google Meet com previsão de duração de até 30 minutos. Compreendendo o percurso de investigação da pesquisa, serão investigados temas relacionados ao racismo e seus atravessamentos na saúde mental de profissionais da psicologia autodeclarados negras e negros. Concebe como participantes da pesquisa os profissionais de Psicologia regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia (CRP11), e que residem na região Centro-sul do Ceará. Deverão ser gravadas as entrevistas no Google Meet com a devida autorização dos participantes, por meio do recurso de gravação que a própria plataforma disponibiliza. Para isso, será obedecida a Resolução nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, no capítulo I e parágrafo XXII, em que afirma que a autorização poderá ser recolhida dos participantes na modalidade áudio e/ou vídeo confirmando o livre consentimento de participação na pesquisa.

Vale lembrar que os participantes da pesquisa por terem idade inferior a maior idade de 18 anos, precisam obrigatoriamente ter o consentimento dos pais ou responsáveis legais que aprovam a participação na pesquisa, devendo, portanto, assinar este TCLE.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, entretanto, maiores devem ser os esforços para minimizar os mesmos. Os riscos que podem ser evidenciados pela pesquisa consistem na exposição de fatores, causas, motivos e informações pessoais relevantes da vida do sujeito participante na pesquisa, podendo desencadear sentimentos e comportamentos de desconforto antes, durante e depois da pesquisa. No entanto, tais riscos podem ser elencados com possíveis reações consequentes como manifestações de aversão, mal-estar físico e psicológico. Portanto, a exposição de qualquer risco iminente ou agravante mais eufêmico manifestados, Eu Tadeu Lucas de Lavor Filho, realizarei os encaminhamentos devidos ao suporte no Serviço de Psicologia Aplicada da Clínica Escola do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, localizada no endereço: Av. Nogueira Acioly - Centro, Icó -

CE, 63430-000, telefone: (88) 3561-2760. A partir do encaminhamento, o participante será acolhido e realizar-se-á as devidas medidas de minimização dos riscos da pesquisa para o sujeito.

O estudo contribuirá para o debate acerca dos desafios em saúde mental para profissionais da Psicologia negras e negros, tendo como enfoque o racismo e os processos de exclusão e vulnerabilidades sociais, contribui para complementação da literatura, de um referencial teórico e metodológico no que concerne às relações étnico-raciais e suas implicações no campo da saúde mental, proporcionando assim uma melhor compreensão acerca destas questões. Também contribui como aporte para novos estudos e pesquisas neste campo, bem como no que concerne ao fortalecimento da implicação ética e política de uma Psicologia antirracista, considerando sua relevância social.

Destacar, ainda no convite, que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantir que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Incluir que a qualquer momento o participante poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa, pelos telefones/endereço dos pesquisadores.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Tadeu Lucas de Lavor Filho
Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado
Endereço: Av. Monsenhor Frota, 609 - Centro, Icó - CE, 63430-000
Telefones para contato: Telefone: (85) 98257622.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, os seus direitos e os aspectos éticos de sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Avenida Leão Sampaio, Km 3, Lagoa Seca-Juazeiro do Norte-Ceará CEP: 63.180-000

O abaixo-assinado _____, ____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Icó, ____/____/____

| | | |
|--|------|--------------------------|
| Nome do participante da pesquisa | Data | Assinatura |
| Nome do pesquisador principal | Data | Assinatura |
| Nome do Responsável legal/testemunha (se aplicável) | Data | Assinatura |
| Nome do profissional TCLE | Data | Assinatura que aplicou o |

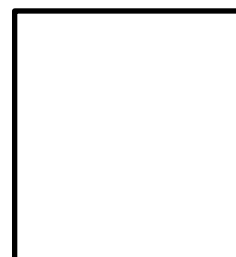
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa “**ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NEGRAS E NEGROS: O RACISMO COMO UM ANALISADOR PSICOSSOCIAL**”, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou Representante legal



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, residente à Rua _____, bairro _____, na cidade de _____, autorizo o uso de minha imagem e voz, no trabalho sobre título _____, produzido pelos alunos do curso de _____, semestre _____, turma _____, sob orientação do(a) Professor(a) _____. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão de minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Cidade _____, ____ de _____ de _____.

Cedente